



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Habeas Corpus nº 0008408-78.2013.8.17.0000 (0311283-2)

Impetrante/advogado: João Ferreira de Almeida

Paciente: Ricardo Silva de Souza

Autoridade coatora: Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Execuções Penais

Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça de Galvão de Carvalho

EMENTA: *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PLEITO INCOMPATÍVEL COM A AÇÃO AJUIZADA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA DE FATO NA ESTREITA VIA DESTA AÇÃO CONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE PATENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUE RESULTE NA CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. ORDEM NÃO CONHECIDA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0311283-2, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 02 / 10 / 2013, à unanimidade, **em não conhecer a presente ordem**, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 02 de 10 de 2013.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Habeas Corpus nº 0008408-78.2013.8.17.0000 (0311283-2)

Impetrante/advogado: João Ferreira de Almeida

Paciente: Ricardo Silva de Souza

Autoridade coatora: Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Execuções Penais

Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça de Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Trata-se de impetração de ordem de *habeas corpus* feita pelo advogado João Ferreira de Almeida em favor de **Ricardo Silva de Souza**, com fulcro no art. 5º, LXVIII da Constituição Federal e nos arts. 647 e 648 do Código de Processo Penal. A impetração deu-se em face de ato do Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Execuções Penais.

Relata o impetrante que o paciente encontra-se recolhido no presídio Professor Aníbal Bruno, desde o dia 01/10/2009, preso preventivamente em razão de ter respondido a um processo na 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital¹, em que foi posteriormente absolvido pelo Conselho de Sentença.

Formulado pedido de progressão para o regime aberto, afirma que não houve decisão da autoridade impetrada, estando o respectivo feito concluso desde o dia 21 de maio do corrente ano.

Assevera o causídico que o paciente encontra-se doente, necessitando de cuidados médicos. Aduz que ele possui endereço certo, profissão definida, é portador de bons antecedentes e de boa conduta.

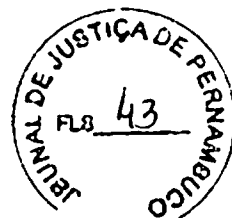
Sustenta haver constrangimento ilegal por excesso de prazo em razão de não ter sido avaliado o pleito de progressão no Juízo das Execuções Penais, sem que a defesa tenha concorrido para tanto.

Por fim, cumpre mencionar que não foram juntados documentos com a exordial.

Registrados, autuados e distribuídos, inexistindo pedido liminar, foram solicitadas informações à autoridade apontada como coatora.

O magistrado, através do ofício nº 2013.0184.6068, constante às fls. 29/30, informou que o pedido de progressão de regime foi feito no dia 22 de abril do

¹ Processo nº 00139818-04.2009.8.17.0001



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

corrente ano, sendo os autos encaminhados ao Ministério Público para emissão de parecer. O representante do *Parquet*, por sua vez, posicionou-se pela realização de diligências.

Pontuou, ainda, a autoridade impetrada que o pedido aguarda a análise, a qual deve respeitar a uma ordem cronológica das conclusões dos feitos naquele juízo, seguindo-se protocolo firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça de Pernambuco para aquela unidade jurisdicional.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, apresentou parecer às fls. 35/37, opinando pelo não conhecimento da ordem e, acaso seja conhecida, que haja denegação.

É o relatório.

VOTO

Como exposto, pede-se na presente ação a concessão de ordem a fim de que haja progressão de regime em razão da ausência de decisão a esse respeito no juízo impetrado.

Pois bem.

Como cediço, o *habeas corpus* pode ser ajuizado na defesa de direito líquido e certo, passível de ser comprovado de plano. Se houver a necessidade de um exame do contexto fático-probatório e não se tratar de um aspecto meramente de direito, o pedido encontrará óbice, haja vista que este *writ* não permite uma dilação probatória.

Não é admissível, portanto, a impetração do *mandamus* quando a análise do pedido dependa do exame aprofundado de provas e a ilegalidade não seja patente.

A análise da pretensão concernente à progressão de regime exige aprofundado exame do conjunto fático-probatório, sobretudo relativamente à satisfação do pressuposto subjetivo, o que se afigura inviável na estreita via do *habeas corpus*. Há óbice, então, a que se conheça o mérito do pedido formulado.

Nesse sentido, vejam-se as seguintes e recentes decisões:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. RECENTE ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

LIVRAMENTO CONDICIONAL INDEFERIDO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES POR AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. ORDEM ORIGINÁRIA INDEFERIDA LIMINARMENTE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REQUISITO SUBJETIVO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. Buscando dar efetividade às normas previstas no artigo 102, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e aos artigos 30 a 32, ambos da Lei nº 8.038/90, a mais recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus em substituição a recursos ordinários (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco como sucedâneo de revisão criminal.

2. O Superior Tribunal de Justiça, alinhando-se à nova jurisprudência da Colenda Corte, passou também a restringir as hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, não admitindo que o remédio constitucional seja utilizado em substituição do recurso cabível.

3. Demonstrada, pelo Juízo de primeiro grau, a ausência do requisito subjetivo exigido para o livramento condicional, com a indicação de fatos concretos para fundamentar a decisão, não se verifica constrangimento ilegal no acórdão do Tribunal *a quo*, que não conheceu do *writ* originário, por demandar exame aprofundado do mérito do sentenciado.

4. O habeas corpus não é a via adequada para se aferir o requisito subjetivo, para a obtenção do livramento condicional, por envolver, necessariamente, incursão no conjunto probatório.

5. *Habeas corpus* não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível. (HC 235.081/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 26/11/2012)".

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 122 DA LEI 7.210/84. INDEFERIMENTO LIMINAR DE PRÉVIO WRIT. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A AGRAVO EM EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus em substituição a agravo em execução cabível.

2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção.

3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045/RJ).

4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, em atenção ao art. 112 da Lei 7.210/84, não se admite a progressão *per saltum*, sendo obrigatório o cumprimento do requisito temporal no regime intermediário. Irrepreensível, portanto, o aresto que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*.

5. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 234.178/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012)".

Ressalve-se que, havendo uma ilegalidade patente, de ofício, seria possível a concessão da ordem. No entanto, *in casu*, observa-se, consoante o parecer ministerial com cópia à fl. 31, que o pedido de progressão sequer está apto a ser analisado, uma vez que não há certeza quanto à situação do paciente no que tange às ações a que respondera.

Relativamente ao decurso de tempo para análise do pedido, tenho que há justificativa satisfatória, na medida em que, de acordo com as informações prestadas pelo magistrado, atendendo-se ao Projeto Eficiência do Conselho Nacional de Justiça, os processos são analisados consoante ordem cronológica de suas conclusões.

Depreende-se, outrossim, que estão sendo envidados esforços no sentido de oferecer a prestação jurisdicional da melhor forma possível a despeito do grande número de feitos a serem apreciados.

Em face do exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradora de Justiça, **não conheço** a ordem do presente *mandamus* em razão da fundamentação acima exposta.

É como voto.

Recife, 02 de 10 de 2013.


Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator